- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Em 1947, o físico brasileiro César Lattes causou grande impacto nos meios científicos internacionais e conquistou reconhecimento com sua descoberta que elucidou alguns problemas pendentes de solução no campo da radiação cósmica e confirmou a teoria do físico japonês Hideki Yukawa sobre a existência de uma partícula supostamente responsável pela ligação entre prótons e nêutrons nos núcleos atômicos. Esse último aspecto foi bastante para dar um relevo todo especial à descoberta, enriquecendo seu significado com a possibilidade de novas aberturas no controle das forças nucleares, tão cobiçado depois das explosões atômicas. Toda a imprensa mundial e brasileira aclamou a descoberta, e a ciência brasileira saiu do porão para a sala de visitas.

No ano seguinte, Lattes voltou a causar impacto após conseguir a produção artificial daquela partícula em um acelerador do tipo circular, em Berkeley, nos Estados Unidos da América. E em 1949, a física no Brasil começou a se institucionalizar com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Junto com ela, a ciência, em geral, também organizava sua entidade representativa, com o surgimento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) naquele mesmo ano. Foi nesse caldo cultural que o almirante Álvaro Alberto ganhou mais argumentos para persuadir o governo brasileiro. Segundo seus depoimentos reproduzidos na coletânea **50 anos do CNPq contados pelos presidentes**, organizada por Shozo Motoyama, em maio de 1949, após a leitura de relatórios sobre a questão atômica, o presidente Dutra enviou ao Congresso Nacional um anteprojeto para criação do Conselho Nacional de Pesquisas, já prevendo seu papel na política nuclear. Depois de uma longa tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, nascia o CNPq, com o almirante como seu primeiro presidente.

Rodrigo Cunha. **60 anos do CNPq**: da política nuclear ao desafio da descentralização. *In*: **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 63, n.º 2, 2011 (com adaptações).

Considerando as ideias veiculadas no texto CG1A1, julgue os itens a seguir.

1 O texto apresenta um relato sobre a criação do CNPq, em meados do século passado, destacando a participação ativa do físico César Lattes nesse acontecimento.

2 Depreende-se do texto que o almirante Álvaro Alberto estava envolvido com o projeto de criação do que viria a ser o CNPq enquanto César Lattes conquistava reconhecimento científico internacional.

3 À época da criação do CNPq, a física nuclear era um campo de conhecimento estratégico na política nacional e internacional, conforme se infere do texto.

4 Entende-se do texto que, apesar do impacto das descobertas de César Lattes, a ciência brasileira ainda ocupava uma posição marginal no cenário mundial quando da criação do CNPq.

Acerca dos mecanismos de coesão textual empregados no texto CG1A1, julgue os próximos itens.

5 A expressão "em maio de 1949" (penúltimo período do segundo parágrafo) indica a data da organização da citada coletânea por Shozo Motoyama.

6 No penúltimo período do segundo parágrafo, o segmento "seus depoimentos" refere-se aos depoimentos do presidente Dutra reproduzidos na coletânea **50 anos do CNPq contados pelos presidentes**.

Em relação a aspectos linguísticos do texto CG1A1, julgue os itens subsecutivos.

7 O sujeito da forma verbal "confirmou" (primeiro período do primeiro parágrafo) é "César Lattes".

8 A correção gramatical e a coerência das ideias do texto seriam preservadas caso o trecho "com o almirante como seu primeiro presidente" (final do segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **cujo primeiro presidente foi o almirante Álvaro Alberto**.

9 A inserção de uma vírgula imediatamente após "bastante" (penúltimo período do primeiro parágrafo) preservaria a correção gramatical e os sentidos do texto.

10 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, a forma verbal "nascia" (último período do segundo parágrafo) poderia ser substituída por **nasceu**.

Julgue os itens a seguir, considerando as previsões do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

11 Constitui dever ético do servidor tratar cuidadosamente o usuário do serviço público e aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.

12 O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é inaplicável aos funcionários das entidades paraestatais.

13 O servidor público é proibido de participar da administração de sociedade empresarial, personificada ou não personificada.

14 Opor resistência justificada ao andamento de documento constitui, em regra, falta funcional do servidor público.

Com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

15 Constitui ato de improbidade administrativa exercer atividade de consultoria para pessoa física que tenha interesse suscetível de ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

16 A responsabilidade do agente público é objetiva na prática do ato de improbidade.

17 As sanções previstas na referida lei se aplicam aos atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que seja custeada pelo erário.

Em certo mercado disputado por seis empresas, duas delas gozam de vantagem fiscal por operarem de fora do país. As proposições *P* e *Q* a seguir correspondem às regras desse mercado.

P: "Se a empresa possuir gestão eficiente, prestar serviços de qualidade e tiver alta produtividade, então, se destacará no mercado mesmo se não gozar de vantagem fiscal."
Q: "Se uma das empresas do mercado possui vantagem fiscal, esse mercado não é isonômico."

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

18 A tabela-verdade da proposição *P* possui mais de 30 linhas.

19 A proposição *Q* é equivalente à seguinte proposição: "Se o mercado é isonômico, as empresas desse mercado não possuem vantagem fiscal.".

20 Se uma das empresas não se destacar no mercado, então essa empresa não tem vantagem fiscal, conforme se infere da proposição *P*.

21 O número de maneiras de escolher três empresas entre as seis, de modo que não haja duas que gozem de vantagem fiscal, é superior a 15.

22 Se, entre as seis empresas, duas delas forem escolhidas aleatoriamente, a probabilidade de essas duas empresas gozarem de vantagem fiscal é superior a 10%.

Cláudio, servidor público lotado no setor de licitações do CNPq, recebeu de seu superior hierárquico a tarefa de instruir processo administrativo para contratação de mão de obra a fim de efetuar pequenos trabalhos, tendo sido estipulado preço certo para o contrato, que deverá incluir também o fornecimento de materiais.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes à luz da Lei n.º 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos, e da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública.

23 Por se tratar de processo administrativo de licitação, não poderá ser utilizado o instrumento da decisão coordenada, ainda que preenchidos todos os requisitos legais para a formação dessa instância decisória.

24 Cláudio deverá indicar o regime de contratação integrada, tendo em vista a necessidade de fornecimento de materiais pela contratada.

Marcos, funcionário de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público de transporte de passageiros no Distrito Federal, ao conduzir ônibus de propriedade da sociedade empresária durante a execução do serviço público concedido, foi responsável por acidente que ocasionou danos materiais no veículo de propriedade de Alessandro.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir de acordo com a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

25 No que se refere à responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal de 1988 adota a teoria do risco administrativo, de modo que o valor da indenização devida a Alessandro poderá ser reduzido, caso seja comprovada a culpa concorrente da vítima.

26 No polo passivo de eventual ação de indenização proposta por Alessandro, deverá constar ou o Distrito Federal, ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço público, ou Marcos, responsável pelo acidente.

Acerca do processo administrativo disciplinar, do controle administrativo e judicial dos atos administrativos e dos poderes da administração pública, julgue os itens que se seguem, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

27 O poder-dever de autotutela da administração pública, embora lhe permita rever os próprios atos ou anulá-los, quando ilegais, não possibilita a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

28 Nenhuma incursão no mérito administrativo é permitida no âmbito do controle judicial no processo administrativo disciplinar, restringindo-se tal controle ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato.

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos sociais, julgue os itens que se seguem, com base na Constituição Federal de 1988.

29 Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses tanto coletivos quanto individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

30 Aos que litigam, em processo judicial ou administrativo, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

O inciso VIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 prevê que "ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei". Em relação a esse dispositivo constitucional, julgue os itens seguintes.

31 A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do citado dispositivo constitucional, enseja a cassação dos direitos políticos.

32 O preceito constitucional mencionado consiste em norma de eficácia limitada.

Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

33 Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

34 É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

Quanto à administração pública, do modelo racional legal ao paradigma pós-burocrático, julgue os itens a seguir.

35 O modelo de administração burocrática no Brasil surgiu ao final do processo da industrialização brasileira e modificou os critérios de aplicação do controle dos serviços públicos e as relações estabelecidas entre o poder público e seus servidores.

36 O gerencialismo tem como pressupostos o fortalecimento do gerenciamento público e de instituições de controle e a imputação de resultados e estruturas flexíveis de tal forma que o cidadão se perceba e participe como usuário de serviços públicos e contribuinte.

Julgue o item a seguir, tendo em vista convergências e diferenças entre a gestão privada e a gestão pública.

37 Como prática exclusiva da gestão privada, a responsabilidade social e ambiental é uma estratégia composta por ações voluntárias de empresas em benefício da sociedade.

No que se refere à administração pública, seu orçamento e suas boas práticas, julgue os itens a seguir.

38 A excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária ao usuário dos serviços públicos.

39 O elemento organizativo central do plano plurianual (PPA) é o programa, que consiste em um conjunto articulado de ações orçamentárias, na forma de projetos, atividades e operações especiais, e ações não orçamentárias, com intuito de alcançar um objetivo específico.

40 Indicadores permitem o conhecimento sobre a situação que se deseja modificar, auxiliam na identificação dos objetivos, apontam soluções e resolvem problemas, facilitando o processo de tomada de decisão.

A respeito dos conceitos básicos de computadores, julgue os itens a seguir.

41 Nos computadores, dados digitais são processados e armazenados em sistema binário.

42 CPU é o maior componente de um computador, sendo responsável por acomodar e fixar todas as partes internas do *hardware*.

43 Para que um computador possa se conectar à Internet, é essencial que ele esteja equipado com um *hardware* de comunicação, denominado placa de rede, que pode ser um *chipset* integrado à placa mãe do computador.

44 Em um computador com sistema operacional (SO) Windows 10, se um novo periférico do tipo *plug and play* for conectado, o SO identificará o dispositivo e buscará os *drivers* adequados para o perfeito funcionamento.

45 Um vírus de computador tem a capacidade de se disseminar automaticamente, sem a necessidade de uma ação humana.

Businesses are starting to introduce new options for tipping at self-checkout machines, putting even more pressure on customers amid rising inflation costs. Despite having zero interaction with employees during transactions, self-checkout machines at places such as coffee shops, bakeries, airports, and sports stadiums are giving customers the option to leave the typical 20% tip, according to a report from the Wall Street Journal.

Business owners believe that the prompt for a tip can boost staff pay and increase gratuities — but customers are questioning where and to whom the extra cash is going, considering self-checkout is done by the customers themselves. “They’re cutting labor costs by doing self-checkout. So what’s the point of asking for a tip? And where is it going?” are some of the questions customers ask. But tipping researchers claim this is a way for companies to put the responsibility of paying employees on the customer rather than increasing employee salaries themselves. Self-tipping is viewed by many customers as a way to guilt-trip the person into tipping on something when they typically wouldn’t.

Many companies told the Journal that these tipping prompts are optional, and the extra gratuity is split between all employees. However, experts say that tips at a self-checkout machine might never even get to an actual employee since protections for tipped workers in the federal Fair Labor Standards Act don’t extend to machines.

Internet: <https://nypost.com> (adapted).

According to the previous text, judge the following items.

46 One of the reasons why business owners have introduced the option for tipping at self-checkout machines is that they believe it may raise their employees’ payment.

47 The word “Despite” in the sentence “Despite having zero interaction with employees during transactions” (second sentence of the first paragraph) can be correctly replaced by **In spite of**, maintaining both the meaning of the fragment and its correction.

48 Tipping at self-checkout machines have become mandatory in most places like coffee shops, bakeries, airports, and sports stadiums.

Espaço livre

A lawyer used ChatGPT to prepare a court filing. It went horribly awry.

A lawyer who relied on ChatGPT to prepare a court filing on behalf of a man suing an airline is now all too familiar with the artificial intelligence (AI) tool's shortcomings — including its propensity to invent facts.

Roberto Mata sued Colombian airline Avianca last year, alleging that a metal food and beverage cart injured his knee on a flight to Kennedy International Airport in New York. When Avianca asked a Manhattan judge to dismiss the lawsuit based on the statute of limitations, his lawyer submitted a brief based on research done by ChatGPT.

While ChatGPT can be useful to professionals in numerous industries, including the legal profession, it has proved itself to be both limited and unreliable. In this case, the AI invented court cases that didn't exist, and asserted that they were real. The fabrications were revealed when Avianca's lawyers approached the case's judge, saying they couldn't locate the cases cited in Mata's lawyers' brief in legal databases.

"It seemed clear when we didn't recognize any of the cases in their opposition brief that something was amiss," said the airline's lawyer. And soon they figured it was some sort of chatbot of some kind. On the other hand, the passenger's lawyer said that it was the first time he'd used ChatGPT for work and, therefore, he was unaware of the possibility that its content could be false.

Internet: <www.cbsnews.com> (adapted).

Based on the preceding text, judge the items that follow.

49 The sentence "And soon they figured it was some sort of chatbot" can be correctly rephrased as **And, before long, they realized it was some form of chatbot**.

50 It is correct to infer from the text that, due to the lawyer's expertise, he had used ChatGPT for work before.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

O Estado moderno desempenha o papel econômico fundamental de institucionalizar os mercados e de promover mais amplamente o desenvolvimento socioeconômico do país, fazendo uso de instrumentos econômicos, como orçamento público, para executar suas funções. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

51 O orçamento não se limita a uma peça técnica e formal ou a um instrumento de planejamento, pois tem características de cunho político, uma vez que orienta as negociações sobre o financiamento do Estado e é utilizado no controle e direcionamento dos gastos públicos.

52 A função distributiva na atuação do Estado decorre do reconhecimento de ser o mercado incapaz de conduzir a sociedade a uma estrutura de distribuição de renda que seja considerada justa ou equitativa, especialmente mediante o manejo dos instrumentos de política fiscal.

53 A tributação impacta a eficiência do mercado ao provocar alterações na alocação dos bens produzidos e na estabilidade monetária do país, o que resulta em um *trade-off* entre eficácia e equidade a ser enfrentado pela sociedade.

Julgue os próximos itens, com relação ao ciclo e ao processo orçamentário.

54 O projeto de lei orçamentária anual (LOA) é encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, com a chancela do Presidente da República, e compreende: o orçamento fiscal; o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social.

55 O acompanhamento das metas fiscais no ciclo orçamentário fica restrito ao processo de execução da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), devendo o Poder Executivo editar decreto de contingenciamento, a fim de estabelecer o teto para as despesas públicas diante de fatos supervenientes.

A respeito do sistema de planejamento e de orçamento federal, julgue os itens que se seguem.

56 O órgão setorial integra o sistema de planejamento e de orçamento federal, sendo, obrigatoriamente, correspondente ao órgão orçamentário, o qual tem o maior nível de classificação institucional e cumpre o papel de agrupar as unidades orçamentárias.

57 Entre as finalidades do sistema de planejamento e de orçamento federal, encontra-se a formulação dos planos nacionais, setoriais e regionais do desenvolvimento econômico e social, assim como o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Quanto às leis que compõem o ciclo e o processo orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes.

58 O plano plurianual (PPA), que define estratégias, diretrizes e metas para as contas públicas, é caracterizado como um instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macro orientações do governo para a sua ação em cada período de quatro anos, sendo estas mandatórias para o setor público e indicativas para o setor privado.

59 No âmbito da União, a LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e suas respectivas metas, em harmonia com a sustentabilidade da dívida pública, além de orientar a elaboração da LOA e dispor das alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

60 Durante o ciclo orçamentário, o projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão da ação de governo. É possível a existência de um mesmo projeto ou a inclusão de um novo em múltiplas esferas orçamentárias, desde que estejam adequadamente atendidos os projetos em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

61 Em consonância com o princípio da exclusividade, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa pública, contudo, ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas orçamentárias, nos termos definidos em lei.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

62 A gestão fiscal deve primar pela transparência, sendo um desses instrumentos a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

63 Durante a execução orçamentária, poderá ocorrer a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas, em razão do não cumprimento das metas de resultado primário.

64 A dívida pública mobiliária corresponde aos títulos emitidos pela União, incluindo os do Banco Central, dos estados e dos municípios.

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

65 As receitas públicas são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício fiscal e constituem elemento novo para o patrimônio público, sendo obrigatória a sua previsão na LOA para serem classificadas como orçamentárias.

66 A função encargos especiais, no caso do CNPq, é utilizada para englobar as despesas referentes ao aporte de recursos em bolsas de pós-graduação.

67 Se, durante a execução da LOA de 2023, a União obtiver um superávit do orçamento corrente, então o saldo poderá ser incorporado no projeto de lei orçamentária de 2024 como receita corrente.

68 As despesas com as contas de água, luz e telefone do CNPq, para serem pagas, necessitam de um empenho ordinário, respeitando o limite dos créditos orçamentários e adicionais destinados ao Conselho.

Julgue os itens que se seguem a respeito do termo de execução descentralizada (TED).

69 O CNPq, ao celebrar um TED com determinada entidade da administração pública federal, deverá instruir os autos com um conjunto de documentos, sendo opcional a inclusão do plano de trabalho.

70 Na hipótese de uma pesquisa que tenha por objeto a colaboração científica para descoberta de novos campos de exploração de petróleo, o CNPq poderá celebrar um TED com a empresa Petrobras, visando à descentralização de créditos orçamentários registrados no orçamento de investimento da LOA.

Relativamente à estrutura do plano de contas aplicado ao setor público e sua relação com as naturezas da informação contábil, julgue os itens a seguir.

71 As classes 5 e 6 são contas de natureza orçamentária e só podem ser debitadas e creditadas entre si.

72 A classe 1 – ativo – pode ter como contrapartida uma conta da classe 6 – controles credores.

Julgue os seguintes itens, relativos à avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público.

73 Na reavaliação para bens do ativo, pode ser adotado o valor de mercado ou de consenso entre as partes.

74 As disponibilidades em moeda estrangeira devem ser convertidas à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

75 O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros deve ser realizado em contas de resultado.

Considerando a relação entre regime orçamentário e regime contábil no setor público, julgue os seguintes itens.

76 De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente liquidadas.

77 A variação patrimonial aumentativa deve ser registrada em função do fato gerador para evidenciar seu impacto no patrimônio.

As seguintes informações contábeis foram registradas no primeiro exercício financeiro já encerrado de determinada entidade governamental:

I aprovação da lei orçamentária anual no valor de R$ 200 mil, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% a categoria econômica de capital;
II lançamentos de impostos no valor de R$ 100 mil, tendo sido arrecadados 80% desse valor;
III empenho, liquidação e pagamento da folha de pessoal no mês, no valor de R$ 60 mil;
IV recebimento de bem em doação no valor de R$ 100 mil;
V empenho e liquidação referentes à aquisição de veículo no valor de R$ 40 mil, metade paga a vista e metade inscrita em restos a pagar.

A partir das informações precedentes, julgue os itens a seguir, considerando as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

78 No balanço financeiro, o saldo para o exercício seguinte é de R$ 20 mil.

79 Na demonstração das variações patrimoniais, as variações patrimoniais aumentativas totalizaram R$ 200 mil.

80 O resultado orçamentário do exercício (ROE) apurado no balanço orçamentário é nulo.

Relativamente à demonstração de fluxos de caixa (DFC), julgue os itens a seguir.

81 A elaboração e publicação da DFC é facultativa para as companhias abertas que, na data do balanço, tenham patrimônio líquido inferior a R$ 2 milhões.

82 Um dos objetivos da DFC é permitir que o usuário da informação contábil identifique as necessidades de liquidez da entidade que publica a demonstração.

83 Fluxos de caixa gerados por aluguéis cobrados em favor de terceiros e integralmente repassados a estes podem ser apresentados em base líquida.

84 A compra e venda de imóveis, veículos e outros bens da espécie afeta o fluxo de caixa das atividades de investimento, seja qual for o tipo de entidade.

Com relação ao balanço patrimonial (BP) e à demonstração do resultado do exercício (DRE), julgue os itens que se seguem.

85 De acordo com mudança promovida pela Lei n.º 11.638/2007, a denominação do grupo ativo realizável a longo prazo, no ativo do BP, foi modificada para ativo não circulante.

86 É vedada, nos termos da legislação brasileira, a divulgação de resultados abrangentes atribuíveis a não controladores na DRE.

87 As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, devem ser avaliadas pelo seu valor justo caso a intenção da entidade seja mantê-las para resgate na data do vencimento.

88 Resultados abrangentes que tenham impactado o patrimônio líquido de determinado exercício social são evidenciados na DRE.

No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes.

89 É vedada a reclassificação, para resultado do período, dos resultados oriundos da participação em outros resultados abrangentes de coligadas.

90 Nos termos da Lei n.º 6.404/1976, a DMPL é uma demonstração contábil opcional.

91 A apresentação da DRA dentro da DMPL dispensa a apresentação em separado da DRA.

92 A DRA evidencia ganhos e perdas não realizados que impactaram a posição dos acionistas ou sócios da sociedade em determinado exercício social.

dado	valores, em milhões de R$
ativo circulante cíclico	137
ativo circulante financeiro	146
ativo não circulante (inclui imobilizações)	189
passivo circulante cíclico	46
passivo circulante financeiro	123
passivo não circulante (inclui o patrimônio líquido)	300

Os dados da tabela precedente constam nas demonstrações contábeis de determinada companhia, cujo patrimônio líquido totaliza R$ 246 milhões e o montante de imobilizações soma R$ 161 milhões.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

93 As exigibilidades de curto prazo representam mais de dois terços das fontes de recursos de terceiros.

94 Os recursos onerosos captados financiam menos de 40% dos investimentos totais.

95 Predominam os capitais de terceiros no financiamento dos negócios da empresa.

96 Há predominância de capitais de terceiros no financiamento do giro da empresa.

Em relação às metodologias de análise vertical e de análise horizontal das demonstrações contábeis das entidades, julgue os itens que se seguem.

97 A análise vertical é uma metodologia de análise estática, ao passo que a análise horizontal é uma metodologia de análise dinâmica.

98 O indicador de imobilização do ativo é um exemplo de aplicação de análise vertical.

99 Por sua metodologia, a análise horizontal é mais rica em informação que a análise vertical, devendo ser priorizada para fins de análise econômico-financeira.

100 Uma demonstração financeira ajustada por tamanho é uma análise horizontal.

Julgue os itens seguintes, com base no que dispõe a Lei n.º 4.320/1964.

101 Promulgada a lei orçamentária e respeitados os limites nela estabelecidos, caberá ao Poder Executivo aprovar um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária estará autorizada a utilizar.

102 As subvenções econômicas incluídas nas despesas correntes do orçamento da União não poderão ser utilizadas para a cobertura de déficits de manutenção de empresas públicas.

103 As despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, mas que ainda se encontrem pendentes de liquidação, não podem ser computadas como restos a pagar.

104 O Poder Executivo submeterá anualmente as suas contas à apreciação do Poder Legislativo, as quais se farão acompanhadas de parecer prévio do tribunal de contas ou órgão equivalente.

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

105 O projeto de lei orçamentária anual, cuja iniciativa compete ao Poder Executivo, deve ser apreciado pelas duas casas do Congresso Nacional, na forma como dispõe o regimento comum.

106 A contratação de operações de crédito pelos entes públicos não pode ser tratada na lei orçamentária anual, que está sujeita ao princípio constitucional da exclusividade.

107 O reconhecimento expresso do estado de calamidade pública permite a abertura de créditos extraordinários, os quais são incorporados ao orçamento sem a exigência legal de existência de recursos para lastrear a despesa.

108 A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento legal que, por determinação constitucional, deve contemplar as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos pela administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

109 As despesas não processadas na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido anulado no encerramento do exercício correspondente por motivo de insubsistência, tendo os credores, dentro do prazo estabelecido, cumprido a sua obrigação, devem ser tratadas contabilmente como despesa de exercícios anteriores.

110 Os dividendos recebidos são classificados na subcategoria econômica "receita patrimonial", que compõe as receitas correntes.

Julgue os itens seguintes, que versam sobre as variações patrimoniais decorrentes de eventos relacionados ao setor público e sobre as demonstrações contábeis produzidas pelas entidades que compõem o referido setor.

111 As doações recebidas representam variações patrimoniais aumentativas, cujo reconhecimento contábil deve ser efetuado quando da ocorrência do seu efetivo recebimento.

112 A inscrição de créditos fiscais deve ser classificada na demonstração das variações patrimoniais como uma superveniência ativa resultante da execução orçamentária.

113 A atualização monetária das dívidas contraídas por entes públicos provoca uma variação patrimonial passiva de natureza extraorçamentária.

114 No balanço orçamentário, a diferença entre a receita prevista e a despesa fixada representa o superávit ou o déficit orçamentário.

Com base nos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), julgue os itens a seguir.

115 O montante das receitas de operação de crédito previstas pelos entes da Federação não pode exceder o somatório das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

116 A receita corrente líquida é a variável utilizada como base para o cálculo do valor do limite da despesa total com pessoal da União, dos estados e dos municípios.

117 A despesa obrigatória de caráter continuado é uma despesa de capital com prazo de execução superior a dois exercícios.

No que concerne à retenção tributária e ao suprimento de fundos, julgue os itens seguintes.

118 A escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais (EFD-Reinf) é uma obrigação tributária acessória cujo cumprimento se dá por meio da transmissão de informações de interesse do fisco ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), destacando-se entre elas as informações relativas à escrituração de rendimentos pagos e retenção de tributos.

119 O suprimento de fundos é uma despesa orçamentária que, sob o enfoque patrimonial, não representa uma despesa, pois, no momento de sua concessão, não há uma redução do patrimônio líquido.

120 As pessoas jurídicas optantes pelo simples devem efetuar a retenção da contribuição social sobre o lucro líquido (CLSS) por ocasião dos pagamentos que fizerem pelos serviços de limpeza e manutenção prestados por pessoas jurídicas de direito privado.